

DESPACHO

Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Cibernéticos - DPCRICI/DRACCO

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio desta informar a respeito de indagações do PAI sob o protocolo de número **202152612**.

Sobre Unidades especializadas no combate aos crimes cibernético:

1. Qual a história de criação da unidade?

R- A Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos, surgiu através da Lei Estadual Nº 15.026, DE 20 DE JUNHO DE 2013, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Federal nº 12.735/2012, com a finalidade de prevenir e reprimir, com exclusividade no Município do Recife, a prática de crimes tecnológicos, virtuais e eletrônicos, que envolvam delitos praticados com o uso da tecnologia, sobretudo através da internet; e que a posterior foram estabelecidas as atribuições através da Portaria GAB/PCPE nº 050 de 15/02/2017 e atualizadas com a Portaria GAB/PCPE nº 24 de 15/02/2019.

2. Qual a formação e composição dos seus quadros funcionais? Existem apenas profissionais da segurança pública ou são contratados consultores?

R- A formação do quadro funcional todos são agentes de segurança pública, entre delegado, agentes e escrivães de policia. Com diferentes formações técnicas e superiores, em computação, direito e em gestão.

3. Qual a infraestrutura, tecnologias e equipamentos disponíveis?

R- Está à disposição da Delegacia a mesma tecnologia, infraestrutura e equipamentos de toda a Policia Civil do Estado de Pernambuco, tais como, computadores, internet, viaturas e sede física.

4. Quais os treinamentos (em tecnologia) necessários e/ou disponíveis para que sejam parte da unidade?

R- Cursos de investigação em crimes cibernéticos, lavagem de dinheiro, informática, atualização de informações e cursos anualmente.

5. A unidade tem algum tipo de sistema ? principal? para combate ao crime?

6. Existem ferramentas que tenham sido desenvolvidas internamente? Quem faz o apoio e suporte de TI?

R- Em relação aos 5º e 6º questionamentos não podem ser respondidos por sigilo de algumas informações, sobre parte da resposta do 6º questionamento, existe na PCPE uma diretoria (DTI) que provém todo o apoio de TI para todas as delegacias do estado, além do próprio efetivo com capacitação.

7. Existe um perfil profissional específico ou desejado para se trabalhar numa unidade desse tipo?

R- Destacamos que para ser lotado nessa delegacia o policial tem que está disposto a acrescentar mais conhecimentos técnicos a sua base adquirida na PCPE e, sobretudo atender os anseios necessários ao andamento das investigações.

8. Qual o número de registros de ocorrência por mês? Quantas são lavradas na própria unidade? Quantas são online? É possível ter uma ocorrência oriunda de outras unidades da estrutura de segurança pública?

R- No trimestre inicial tivemos aproximadamente 186 registro presencialmente e 5.000 boletins registrados através delegacia pela internet.

9. Existe uma estatística sobre o tempo médio de uma investigação considerando a abertura de uma ocorrência e sua conclusão?

R-O prazo legal estabelecido seguindo os critérios estabelecidos no Art. 10 do CPP em casos mais simples e prorrogando caso a autoridade policial ache justificável ou até resposta às informações solicitadas junto a empresas e outros órgãos.

10. Existem trabalhos ou mapas de análise estatística do tipo ?Mancha Criminal?? Talvez algum tipo de abordagem por tipo de crime e frequência de determinados tipos de ocorrência p.ex.?

R- Sobre o primeiro questionamento a resposta é sim, existe na delegacia uma gestão das estatísticas, os crimes a incidência Penal é variada, a exemplo de Art. 171, Art. 154-A, Art. 215-A, Art. 218-C, Art. 180 e LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013.

11. Dentre os vários crimes elucidados certamente existem aqueles de maior destaque e que viraram casos de estudo e análise. Poderiam ser citados e resumidas algumas dessas ações?

R- Questionamento não pode ser respondido por sigilo de algumas informações

12. A unidade faz ações educacionais ou patrocina ações de prevenção ou monitoração de crimes digitais ou cibercrimes?

R- SIM, tanto a Autoridade Titular desta delegacia, como os outros policiais que ocupam cargo de chefia.

13. A unidade faz consultoria para outros órgãos de governo ou da iniciativa privada na parte de segurança da informação ou na parte de tecnologia de prevenção a crimes digitais?

R- A Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos têm diversas parcerias tanto com outros órgão do governo, quanto da iniciativa privada a exemplo do C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife.

Sobre Crimes Digitais

1. Existem dados (Bancos de dados ou microdados) que possam ser analisados para fins estatísticos? Como posso solicitar o acesso?

R- Sim, existe um banco de dados registrado em um sistema (INFOPOL), o acesso aos dados está sobre a gerencia da SDS-PE, especificamente da GACE.

2. Quais são os Modus Operandi mais comuns? Quais os crimes mais denunciados?

R- O Modus Operandi ainda é do uso da boa fé da vítima, por engenharia social. Entre os tipos penais mais denunciados é o de Art. 171 Estelionato/Fraude.

3. Qual o típico perfil do criminoso?

R- Qualquer pessoa com um conhecimento um pouco mais avançado no uso de computadores e eletrônicos.

4. Existem indicativos de organizações criminosas? tradicionais? migrando para atuar nesse tipo de crime?

R- Sim.

5. Existe um levantamento sobre o perfil das vítimas?

R- Qualquer pessoa que utilize tecnologia e tenha apenas conhecimentos básicos.

6. Existe uma tabela com a tipificação dos crimes?

R- - Sim, existe um banco de dados registrado em um sistema (INFOPOL), o acesso aos dados está sobre a gerência da SDS-PE, especificamente da GACE.

7. A tipificação (tipificação criminal de delitos informáticos ?Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012) é suficiente para os casos ou é necessário fazer também um trabalho de analogia com os outros tipos de crime previstos no código penal para a devida instrução processual e apresentação de denúncia?

R- O meio é virtual porém os crimes que a delegacia investiga são tipos no rol do código penal Brasileiro, não exclusivamente da Lei.

8. Como se combatem as quadrilhas virtuais e como fica a tipificação criminal frente aos diferentes tipos de ações e responsabilidades? Existem casos que possam ser analisados (Por exemplo: Quem faz o vírus, quem faz o site ou hospeda o site para golpes, quem compartilha, quem usa a máquina infectada, quem recebe e repassa o ganho ilícito)?

R- Sim, combatemos organizações criminosas na delegacia. Inclusive existe vários outros crimes como por exemplo lavagem de dinheiro via criptoativos (Bitcoin).

9. Como é tratada a divulgação de crimes realizados para recrutamento por facções ou por demonstração de força?

R- Questionamento não pode ser respondido por sigilo de algumas informações.

10. Qual é o protocolo de combate a divulgação, venda e entrega de armas, drogas e entorpecentes? Existem casos que possam ser analisados?

R- Questionamento não pode ser respondido por sigilo de algumas informações.

Sobre os aspectos legais nos crimes via web

1. Como é resolvida ou tratada a questão da jurisdição em investigações de crimes que são ou podem ser executados em vários locais pelo mundo (RJ/Br/Mundo)?

R- Seguindo sempre o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a depender da incidência penal.

2. Existem acordos de cooperação policial no Brasil para esse tipo de crime? Qual o protocolo adotado para se acionar outras forças da área de segurança?

R- Questionamento não pode ser respondido por sigilo de algumas informações.

3. Caso o Brasil venha a aderir, qual a expectativa sobre a aplicação da ?Convenção de Budapeste? no referente ao combate ao cibercrime e ao crime digital?

R- A Polícia Civil de Pernambuco atua dentro da sua competência constitucional e segue as orientações legais.

4. A lei 13.964/2019 (Lei Anticrime), que possibilitou a infiltração virtual de agentes policiais para obter dados de conexão e cadastrais de membros de organizações envolvidas com crimes cibernéticos já foi usada em algum caso? Podem ser resumidas para ilustração?

R- Questionamento não pode ser respondido por sigilo de algumas informações.

5. Imaginando que a unidade tem participação na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (batizada de "E-Ciber" por meio do decreto 10.222), já existem ações efetivas que possam ser destacadas?

R- Questionamento não pode ser respondido por sigilo de algumas informações.

6. Entre os casos de sucesso, existem histórias de ações conjuntas com outras unidades policiais do BRASIL ou do mundo em ações de combate ao cibercrime e crime digital?

R- Sim, a operação de repressão qualificada intitulada de 404.

7. Tendo as empresas privadas de tecnologia como a Google e Microsoft entre outras, além de ONGs (SaferNet p.ex.) exercido um papel expressivo no combate e sobretudo na denúncia de crimes pela internet, como é a cooperação com a iniciativa privada? Existem protocolos definidos?

R- Sim, algumas empresas privadas colaboram com o andamento das investigações. Mas é necessário que algumas empresas sejam mais céleres no compartilhamento de dados.

8. Existem eventos do tipo ?Lei 9099? (Baixo Potencial Ofensivo) que podem ser ou foram resolvidos por Termos Circunstanciados com o escopo dos crimes digitais? "

R- Sim, antes da Lei de criação da Delegacia Especializada, muitos crimes contra honra eram investigados pela delegacia. Hoje toda delegacia do Estado de Pernambuco está apta a investigar Crimes de menor potencial ofensivo causados por meios digitais.

Sem mais, encerro o presente feito nesta Unidade Policial.


Eronides Alves de Meneses Júnior
Delegado de Polícia


Eronides A. Meneses Júnior
Delegado de Polícia
Mat. 272.581-9

Atenciosamente,

Eronides Alves de Meneses Júnior

Delegado Especial de Polícia

DELEGACIA DE POLÍCIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS - DPCRICI/DRACCO